



ESTUDOS ELEITORAIS

Volume 3 Número 1 jan./abr. 2008

PARTIDOS NO BRASIL

Torcuato S. Di Tella

BRASIL NOS TEMPOS DO “CAFÉ COM LEITE”

Durante o século XIX, o Brasil se caracteriza, como Cuba, pela presença de uma ameaçadora massa escrava. O resultado foi uma forte diminuição das tendências conflituosas dentro da elite, o que se viu favorecido pela exitosa implantação do sistema monárquico. O fato de que já desde começos do século XVIII a economia brasileira estivera muito ligada à britânica, pelo tratado de Methuen, firmado entre a Inglaterra e Portugal, facilitou a adaptação ao mercado mundial, que em outros países da área foi mais traumática. No Brasil, portanto, a guerra de independência quase não existiu, e o apelo às massas por parte de aspirantes e setores postergados das classes dominantes foi muito moderado e fortemente reprimido apenas assomava¹.

Sob o controle monárquico houve uma certa rotatividade de grupos políticos com as etiquetas dos partidos Conservador e Liberal, que atuavam em um ambiente muito restrito. A participação na guerra contra o Paraguai (1865-1871) ativou as Forças Armadas, até então muito controladas pelo governo e as classes altas. Finalmente, a proclamação da república em 1889 foi resultado de uma intervenção militar apoiada por setores da inteligência desviados pelas novas idéias desenvolvimentistas de cunho comteano. A tendência foi adotar o sistema de monopólio partidário vigente no México, implantando-se a hegemonia do Partido Republicano, que teve o poder a partir de 1894 logo depois de duas curtas presidências militares.

No entanto, a grande diferença com relação ao México, residia em que, no Brasil, o federalismo era mais forte devido à existência de quatro ou cinco

¹Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989; José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980; Brasil Gerson, *O sistema político do Império*. Bahia: Progresso Editora, 1970; Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil*, 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Para casos de repressão violenta de rebeliões regionais com alto conteúdo social, veja-se Luiz Vianna Filho, *A Sabinada: a República Baiana de 1837*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938; Rodrigo Otávio, *A Balaiada, 1839*, Rio de Janeiro, 1942.

grandes centros rivais de poder: o antigo Nordeste açucareiro, Minas Gerais, com sua economia agrária diversificada, Rio de Janeiro, São Paulo, cada vez mais cafeeiro, e Rio Grande do Sul, militarista e com uma sociedade de fronteira. Em cada estado se formou um Partido Republicano local, só teoricamente filiado ao republicanismo nacional. Tratava-se de uma constelação de sistemas locais muito autônomos, baseados em partidos que, na prática, eram únicos em cada estado.

Ainda assim, era necessário evitar lutas pelo poder que levaram a uma guerra civil – e sua conseqüência de possíveis insurgências populares – pelo que se chegou a uma espécie de pacto não escrito de alternância, na presidência, entre os dois estados mais fortes, São Paulo e Minas, na chamada “política do café com leite”. Não havia no país importantes enclaves mineiros, e os agroindustriais, baseados no açúcar – diluídos dentro da grande extensão e povoação do país – constituíam uma fonte de confrontação classista muito menor que em Cuba ou no Peru. Se o Nordeste houvesse sido um país independente, por certo que as tensões associadas à realidade açucareira haveriam gerado ali uma política mais semelhante à da ilha do Caribe que a que se deu de fato².

Por outra parte, a força do anarquismo no Brasil foi muito menor que no México ou na vizinha Argentina e, quando existiu, foi sobre a base de setores imigrantes europeus. A política de cooptação exercida pelas elites dirigentes, somada à canalização de conflitos por via da tensão interestadual, dificultou também a formação de algum partido de expressão liberal progressista, ou radical. Nesse sentido, o sistema político brasileiro era muito resistente às inovações ideológicas e partidistas que se iam impondo em outras regiões do mundo³.

MUTAÇÕES IDEOLÓGICAS NO BRASIL: NACIONALISMO E TENENTISMO

No Brasil, as influências ideológicas provenientes de outras partes do continente não eram muito fortes. O esquema monopartidista em cada estado

² Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*. 2 v. Buenos Aires, Ministério de Justiça e Instrução Pública, 1942. Edgard Carone, *A Primeira República*, São Paulo, Difel, 1969 e *A República Velha*, 2 vols. vol. I, 4. ed. São Paulo, Difel, 1978; José Enio Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista, 1889-1926*, São Paulo, Brasiliense, 1987; Alberto Sales, *A pátria paulista*, 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1983; O Rio Grande do Sul era a principal exceção ao monopólio republicano. Ali era forte, na oposição, o Partido Libertador, de tradição autonomista e raízes na república “farroupilha” de 1835-1845, capaz de mobilizar quando a ocasião o impunha montoneras gaúchas para defender seus interesses, como no vizinho Uruguai. Veja-se Alfredo Varela, *Revoluções cisplatinas: a República Riograndense*, 2 vols., Porto, Chardron, 1915.

³ Edgar Rodrigues, *Os libertários*, Petrópolis: Vozes, 1988; Vamireh Chacon, *História das idéias socialistas no Brasil*, Fortaleza-Rio de Janeiro, UF do Ceará/Civilização Brasileiras, 1981.

seguia vigente durante os anos vinte. Somente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, dois dos estados de maior desenvolvimento relativo, existia alguma bipolaridade. Em São Paulo, contra o predomínio do Partido Republicano Paulista, se erguia o Partido Democrático, uma espécie de liberalismo progressista ou radicalismo. No Rio Grande do Sul, Estado com uma estrutura social mais semelhante à uruguaia, e, portanto, mais passível de que se instalasse o bipartidismo que no resto do Brasil (à exceção de São Paulo), existia uma larga experiência de lutas civis e de enfrentamentos republicanos contra as autoridades do Império, que havia começado pelos anos trinta do século XIX. Agora, o Partido Republicano Riograndense, de tradição positivista, centralista e autoritária, enfrentava o Libertador, federal e mais propenso à agitação popular e à descentralização, tanto no nível nacional como estadual⁴.

No resto do país era notável a ausência de um equivalente dos partidos radicais chileno ou argentino, ou de um fenômeno como o *aprismo*, o que estava associado à debilidade política das classes médias e à canalização de muitas paixões políticas no regionalismo. O aparente unipartidismo de quase todos os sistemas estaduais escondia um bipolarismo no nível nacional, que enfrentava uma coalizão dirigida por São Paulo com outra com base em Minas Gerais. Em setores jovens, sobretudo das classes profissionais e das Forças Armadas, este sistema se apresentava cada vez mais desacreditado.

Sintomaticamente, a agitação por uma renovação se fez sentir nas fileiras do Exército, sobretudo em suas camadas de menor graduação, pelo que se denominou *tenentismo*. Uma intentona em 1922, por parte de oficiais jovens, foi imediatamente reprimida. Mais complexo foi o processo em 1924, em que um grupo importante, que se rebelou em São Paulo, controlou a cidade durante vários dias e logo, ante a superioridade das forças governistas, se retirou para o interior do país, por onde deambulou de região em região durante três anos, convertida na “coluna Prestes”, pelo nome do major que era seu chefe, nisso então de ideologia nacionalista. Ainda que ineficaz no plano militar, essa coluna atuou como fator de comoção na vida intelectual e emotiva de toda uma geração de jovens, civis e militares, interessados em protagonizar alguma transformação radical das condições sociais de seu país⁵.

As idéias que os guiavam eram o produto de uma combinação aparentemente incongruente se julgada pelos cânones típicos dos países em

⁴ José Enio Casalecchi. *O Partido Republicano Paulista, 1889-1926*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Alfredo Varela, *Revoluções cispatinas: a República Riograndense*, Porto: Chardron, 1915. 2 v.

⁵ Maria Celina Spina Forjaz, *Tenentismo e Aliança Liberal, 1927-1930*, São Paulo, Livraria Editorial Polis, 1978; Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

que essas ideologias haviam sido geradas, mas mais compreensível se percebida a partir do país receptor. Era uma mescla de concepções democráticas liberais com outras de tipo autoritário de cunho ibérico ou mussolineano, interpretadas estas como “autoritarismo desenvolvimentista”, tal como uma geração posterior viu o nasserismo. Ante a dificuldade de formar, em um país periférico, partidos políticos competitivos e ao mesmo tempo eficazes, se favorecia algum elemento de autoritarismo, e uma representação mais genuína através do corporativismo. Pensava-se que, sob as condições brasileiras, a vigência dos partidos políticos só podia gerar o predomínio das oligarquias locais que, por suas vastas redes de influência e patronato, estariam em condições, ainda por largos anos, de assegurar maiorias dependentes no Congresso. Como isto constituía uma burla às instituições liberais, que em outras regiões do mundo haviam respondido a uma situação social distinta, era preferível utilizar as associações empresariais ou obreiras como veículos para a representação de interesses. Desta maneira se eliminava não somente o conservadorismo imobilista rural, senão a previsível demagogia não bem as massas rurais começassem a despertar, seja em seus lugares de origem ou como conseqüência do impacto da migração urbana.

Idéias deste tipo haviam sido elaboradas já por Alberto Torres, um pensador e militante político de forte enraizamento liberal, que foi “presidente” (governador) do Estado do Rio de Janeiro (1898-1900) e muito ativo nas duas primeiras décadas do século. Em seu caso não se pode falar de influência fascista, ademais de que sua posição geral era de um liberalismo constitucional, e claramente anti-racista em seu enfoque de um dos problemas que mais preocupavam a *intelligentsia* brasileira⁶.

Seu discípulo Francisco José Oliveira Vianna reelaboraria essas idéias, agora, sim, sob o impacto do autoritarismo europeu, e com posições racistas, supostamente científicas. Desde seu precoce *Populações meridionais do Brasil* (1920) que, apesar do enfoque aparentemente regional, contido em seu título, reflete quase todos os pontos de vista que desenvolveria em sua vasta obra, Oliveira Vianna expõe a luta contra o predomínio das oligarquias locais, falsamente liberais. Ao mesmo tempo assinala que, do setor rural agrícola dos estados centrais (aos que se refere em seu livro) majoritário, resulta uma massa basicamente dócil que, em princípio, assegura a estabilidade social, o que pode ser muito positivo se se evita sua instrumentação imobilista por parte

⁶ Alberto Torres, *A organização nacional*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938 e *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Editora Nacional, 1938; Barbosa Lima Sobrinho, *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

das oligarquias locais. Algo distinta é a situação nos extremos sul e norte, mais pecuários que agrícolas, onde os gaúchos do Rio Grande e os sertanejos do Nordeste provêem uma base mais agressiva de potenciais recrutas para lutas civis⁷.

As idéias de Torres e Oliveira Vianna já estavam surtindo efeitos entre os setores politicamente preocupados da *intelligentsia* e as classes profissionais, inclusive dentro das Forças Armadas, durante os anos vinte. Logo, durante os trinta, seu prestígio se incrementou, suas obras se reimprimiram, e outros escritores seguiram seus passos, provendo as bases de legitimação para o “Estado Novo” de Vargas.

BRASIL: TODOS CONTRA VARGAS

No Brasil, sob a ditadura desenvolvimentista do Estado Novo, se havia produzido um importante crescimento industrial. Nos centros urbanos a situação era parecida à da Argentina, e os muito numerosos chegados do campo constituíam uma base muito apta para gerar um movimento populista. A tentação de lançar-se ao mobilizacionismo de massas foi irresistível, e em boa parte estimulado pelo exitoso exemplo peronista, o que gerou a oposição das classes acomodadas, já não somente pelos pruridos democráticos de alguns de seus componentes, senão pelo temor muito difundido ante qualquer intento sério de agitação popular⁸.

Em fins de 1945 Vargas se viu obrigado a conceder eleições livres e competitivas, rejeitando a nunca aplicada Constituição do Estado Novo e sob a promessa de não ser candidato. Formou então dois partidos políticos para que continuassem sua obra. Um, moderado e rural, o Partido Social Democrático (PSD), agrupava os notáveis provincianos que seguiam sua política. Outro, o Partido Trabalhista (PTB), destinado a canalizar as forças mais populares e obreiras, já estruturadas em sindicatos oficiais controlados pelo Estado, mas com um elevado elemento mobilizador. As concentrações organizadas por seus partidários mais exaltados demandavam a permanência de Vargas no poder, ou bem sua reeleição, dando origem a que se denominassem “queremistas”, devido a seu grito de “queremos Vargas”.

⁷ Francisco José Oliveira Vianna. *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo: Monteiro Lobato, 1923; *O idealismo da Constituição*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1939, e *Instituições políticas brasileiras*. 2. ed. 2 v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

⁸ Fernando Henrique Cardoso. *Ideologias da burguesia industrial em sociedades dependentes: Argentina e Brasil, México, Século XXI*, 1971; Christian Buchrucker, *Nacionalismo e peronismo: a Argentina na crise ideológica mundial, 1927-1955*, Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

A oposição formou uma União Democrática Nacional (UDN), sintomaticamente sob o mesmo rótulo que a coalizão antiperonista do País do Prata, ainda que com caráter de partido, em que pese que, no começo, foi uma confluência de diversos setores anti-varguistas, com hegemonia do componente conservador liberal mas com integrantes de centro e ainda de esquerda ou do movimento estudantil. Com o tempo, a UDN se converteria no principal partido conservador do país, enquanto sua homônima Argentina se dissolveria para deixar em liberdade seus componentes⁹.

No agitado mês de outubro de 1945, que assistiu ao *putsch* militar contra Perón e logo seu retorno triunfal, se gerou no Brasil um ambiente golpista para evitar o previsível estratagema de Vargas de fazer-se reeleger ou impedir as eleições, como havia feito em 1937. O golpe, que encontrou, surpreendentemente, escassa resistência, se apresentou como meramente preventivo, para assegurar a realização das eleições segundo estavam programadas para fins desse mesmo ano. Vargas, certamente, não pôde ser candidato presidencial, mas sim a outros postos.

Apesar da óbvia simpatia dos militares pelo candidato da UDN, este perdeu a eleição contra o General Eurico Gaspar Dutra que, em que pese haver sido ministro da Guerra e baluarte do Estado Novo durante muitos anos, havia se distanciado de Vargas, por temor de que o ditador o impedisse de ser candidato pelo PSD. Apesar desses atritos, a ordem de Vargas foi a de votar por Dutra, em troca, por certo, de que, na eleição seguinte, este lhe devolvesse o favor ou ao menos lhe permitisse candidatar-se.

Durante a agitação do *queremismo*, e a liberação que acompanhou à preparação das eleições, o Partido Comunista foi legalizado e Prestes liberado. Os comunistas apoiaram a agitação *queremista*, tratando de evitar o destino de seus pares argentinos, que se haviam visto privados do favor popular por não seguir os entusiasmos coletivos gerados por uma figura carismática. Nas eleições de 1945, lançaram um candidato extrapartidário, que conseguiu o apoio de 10% do eleitorado, e ganharam um senador e 14 deputados nacionais. Em 1947, obtiveram de novo um forte apoio na designação de legisladores estaduais, sobretudo em São Paulo e outras áreas industriais. O governo de Dutra (1946-1950) se encarregou de frear o que parecia ser uma séria ameaça, e finalmente o partido foi posto na ilegalidade e nunca recobrou grande força

⁹ Maria Vitória Benevides. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; Lucia Hippolito. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988; Edgar Carone, *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*. São Paulo: Difel, 1979.

eleitoral, ainda que mantivesse um significativo enraizamento em setores profissionais, estudantis e ainda militares, isto último como efeito das origens tenentistas de Prestes¹⁰.

Em 1950, a candidatura de Vargas, promovida pelo PTB, venceu nas urnas, em que pese não haver sido apoiada pelo outro setor de origem varguista, o PSD. A UDN conseguiu uma votação justa, mas sem poder competir pelo primeiro posto. Agora, nesta “segunda vinda”, Vargas se demonstrou um cuidadoso democrata, ainda que não pudesse controlar alguns excessos de corrupção e a ação de facções violentas entre seus seguidores, que ameaçaram os dirigentes oposicionistas.

A ideologia de Vargas havia sofrido uma radical reorientação, não somente para a democracia mas para o socialismo, ou ao menos isso era o que se podia deduzir se tomadas, literalmente, numerosas declarações suas. Em uma delas, de 1946, sustentava que havia duas formas de democracia, uma das quais era a “liberal e capitalista [...] baseada na desigualdade”, enquanto que a outra era “a democracia socialista, ou democracia dos trabalhadores”, pela qual combatia em benefício da coletividade. Nas eleições estaduais de 1947 havia chegado inclusive a fazer-se fotografar junto a Luis Carlos Prestes em uma tribuna. Sua vitória nas urnas em 1950, ainda que não contasse com o apoio oficial do Partido Comunista, arrastou muitos simpatizantes e inclusive militantes dessa força¹¹.

A direita e os militares deveram apelar para seus máximos dotes de tolerância para aceitar a volta ao poder do ditador que haviam afastado, que não ajudava em nada com suas declarações “socialistas”, que podiam não ser muito críveis mas que alarmavam a opinião moderada do país. No varguismo estava se produzindo já esse processo de mutação que em tantos outros casos no continente transforma movimentos populares com ideologia de matizes autoritários e até fascistóides, em expressões de tipo revolucionário terceiro-mundista.

Vargas procurou intensificar a política social distribucionista, com a nomeação de João Goulart, obviamente seu delfim no PTB, como ministro do Trabalho. A resistência empresarial a essa medida chegou a criar um ambiente golpista, que se consolidou como reação aos fenômenos de corrupção que se iam revelando, e um par de atentados contra líderes opositores, especialmente

¹⁰ Jean Pierre Bernard et al., *Tableau des partis politiques en Amérique du Sud*. Paris: Armand Colin, 1969, p. 136.

¹¹ Paulo Brandi, *Vargas: da vida para a história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 204-5 e 211; Maria Celina Soares D’Araújo, *O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; John W. F. Dulles, *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

o que falhou, contra Carlos Lacerda, líder da UDN no Rio de Janeiro e jornalista combativo, cujo passado comunista, totalmente esquecido, não lhe tirava nenhuma autoridade na direita.

Finalmente, um pronunciamento das Forças Armadas exigiu a renúncia de Vargas, ou que se licenciasse para permitir que o Poder Judiciário elucidasse, livre de interferências, os variados escândalos de que se acusava seu governo. Vendo-se pressionado, Vargas decidiu, não sem algumas vacilações, dar um passo histórico, e depois de redigir um “Testamento Político” se suicidou, esperando sem dúvida que explodiria a ira popular, assentando as bases para um novo regime. A reação, menos intensa do que o velho ocupante do Palácio esperava, conseguiu de todo o modo deter o golpe militar que se estava tramando.

Seu vice-presidente o substituiu e as eleições que se seguiram deram a vitória à aliança das forças varguistas, ou seja ao PSD mais o PTB, agora unidos em favor do moderado Juscelino Kubitschek. Não faltou, no entanto, um último episódio nesse enredo. Estando já avançado o processo eleitoral, começou a crescer a suspeita de que alguns setores militares, que rodeavam o vice-presidente em exercício, buscavam uma intervenção para cortar pela raiz a influência varguista. Para preveni-lo, o General Henrique Teixeira Lott deu, por sua vez, um golpe preventivo, assegurando a realização normal do pleito. Claro está que esta ação lhe abria um amplo crédito na facção vitoriosa¹².

BRASIL: RADICALIZAÇÃO SOB GOULART E GOLPE MILITAR

No Brasil, o período de forte desenvolvimento econômico presidido por Juscelino Kubitschek (1956-1961), com apoio internacional e grandes iniciativas, como a construção de Brasília, deveu enfrentar um sério problema sucessório, que esse ano vinha complicado pelos estertores da crise posterior ao suicídio de Vargas. Nesse período (1954-1956), a normalidade constitucional se havia mantido devido à assunção do mando pelo vice-presidente João Café Filho, cujo distanciamento de Vargas lhe havia merecido a confiança dos militares golpistas. Ao acercar-se as eleições, parecia que as pressões que sobreviriam para assegurar uma vitória conservadora, ou para invalidar o processo em caso contrário, seriam muito fortes. Para evitá-las, um setor militar nacionalista, dirigido pelo General Henrique Teixeira Lott, deu um golpe preventivo, somente destinado a assegurar a realização normal das eleições.

¹² Gláucio Dillon Soares e Nelson do Vale Silva, Urbanization, race and class in Brazilian politics. *Latin American Research Review*, v. 22, n. 2, p. 155-176, 1987.

Agora era o momento de retribuir ao general seu gesto, indicando-o como candidato pela aliança varguista do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sua candidatura, ainda que não pudesse despertar o entusiasmo de ninguém, especialmente no PTB, era uma obrigação não somente moral. Ela foi compensada com a designação, como vice-presidente, de João Goulart, que poderia atrair os ativistas e as novas massas que o processo econômico trazia do campo à cidade, e que necessitava de figuras carismáticas nas quais crer.

A oportunidade foi rapidamente aproveitada pela União Democrática Nacional (UDN) que, inesperadamente, via uma luz no final do túnel em que, havia anos, se debatia. Foi assim que decidiu integrar em sua fórmula um *condottiere* político independente, de São Paulo, que havia chegado à prefeitura da cidade sob a sigla pouco significativa do Partido Democrata Cristão, mas com o símbolo nada críptico de uma vassoura. Em terceiro lugar se apresentava um candidato populista regional de São Paulo, Adhemar de Barros, antigo varguista que há tempos se havia separado do tronco comum e dirigia seu próprio Partido Social Progressista (PSP). A eleição foi muito renhida. A presidência correspondeu a Jânio Quadros mas a vice-presidência, pela qual se votava separadamente, recaiu em Goulart. Ou seja, a pior das combinações em termos de estabilidade do sistema¹³.

Basicamente, e apesar de alguns excessos verbais do candidato, se tratava de uma vitória conservadora, ganha ao preço da cooptação de um personagem que previsivelmente saberia guardar seu lugar. Longe disso, Jânio Quadros pretendeu aplicar uma política interna, e sobretudo exterior, independente, inspirada no exemplo de Charles de Gaulle, que foi capaz de retirar seu país da *Otan* e manter uma entrevista com Mao Tse Tung sem aterrorizar ninguém. É assim que decidiu convidar Che Guevara e condecorá-lo, uma medida apenas simbólica mas provocativa, ao que se somaram outras decisões de política interna irritantes para o setor empresarial e para a direita que, no final, acabava de ganhar uma eleição e pretendia recolher os frutos de sua vitória.

Inútil convencê-la de que somente se tratava de consolidar o sistema tirando um pouco do lastro pela borda da embarcação. A resistência tanto militar como civil foi dura, e terminou em um pronunciamento, como os que a cada dois meses se fazia a Frondizi naqueles mesmos anos, e com os que o governante argentino sistematicamente transacionava.

¹³ Maria Vitória de Mesquita Benevides. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, e O governo Jânio Quadros. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982; Mário Beni. *Adhemar*. São Paulo: Grafikor, (19 - -?).

Quadros não quis repetir esse exemplo, e não retrocedeu. Sem chegar ao excesso de Vargas, optou por renunciar, de maneira irrevogável, a seu cargo, talvez esperando que o Congresso e a opinião pública o dissuassem, ante a hecatombe que significaria a ocupação do palácio presidencial por João Goulart.

Os motivos da renúncia deram sustento a todo tipo de hipóteses, e é muito provável que nunca se conheça a verdade ao respeito. Talvez nem sequer exista uma só verdade, já que nestes casos as motivações são, amiúde, múltiplas. O fato é que Jânio Quadros se viu enredado em sua própria teia, já que o Congresso aceitou sua demissão, ainda que por certo tenha havido intentos de dissuadi-lo, mas suas negativas chegaram a um grau em que já não podia voltar atrás.

Goulart se encontrava visitando a China continental quando esses fatos ocorriam, o que não contribuía para melhorar sua imagem, pois ele não era um De Gaulle. As Forças Armadas se pronunciaram, no sentido de que Goulart estava incapacitado para assumir a primeira magistratura. Mas um importante setor do Exército, não por casualidade assentado no Rio Grande do Sul, onde Goulart nascera e gozava de grande autoridade, resistiu à imposição, declarando-se constitucionalista. As condições para uma guerra civil estavam dadas, mas em poucos dias desse impasse as negociações dos dirigentes políticos encontraram uma solução. O Congresso sancionaria uma reforma constitucional, sob a forma de lei fundamental, pela qual se adotava o regime parlamentarista, de maneira que Goulart ficava reduzido à triste condição de presidente de qualquer país europeu (salvo a França), com pompa mas sem nenhum poder.

As características do eleitorado no Brasil eram tais que, ainda que, no nível do Executivo, podia se obter uma maioria de esquerda, ou populista, no nível local os deputados eleitos eram em geral bastante moderados, inclusive os que pertenciam ao partidos que haviam levado à presidência (ou vice-presidência) a uma figura ameaçadora para o sistema. Isto era assim porque somente a mobilização de sentimentos, esperanças e milenarismos suscitada por uma eleição nacional em que se joga tudo a uma figura podia vencer a apatia de grande parte da população. A mesma gente que era capaz de votar por Goulart, no nível nacional, terminava dando suas preferências a algum notável local eminentemente negociador e, portanto, moderado¹⁴.

¹⁴ No interior do Brasil se chama "coronéis" aos grandes *terratenientes* locais, ou a outros notáveis, desde o século passado, quanto esses indivíduos eram em geral selecionados para serem coronéis das milícias locais. Veja-se Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; Muniz Bandeira, *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Goulart se encontrou então no Palácio da Alvorada, ainda que manietado. Mas como o Brasil não é a Europa, movendo os fios da presidência, ele conseguiu que se convocasse o povo a um referendo sobre a nova regulamentação constitucional. Como era previsível, uma maioria se pronunciou, em janeiro de 1963, por um retorno ao presidencialismo, como argumento de que o sistema parlamentarista, ainda que ideal em teoria, na prática brasileira implicaria em deixar o poder em mãos dos notáveis locais.

O fato é que Goulart voltou a estar no uso do temível poder presidencial, rodeado por uma *entourage* heterogênea, mas já muito carregado de setores de esquerda, desde o Partido Comunista até varias correntes fidelistas, e com o apoio da ala mais militante do Partido Trabalhista. A direita varguista, ou seja, o PSD, se mostrava, em troca, muito preocupada pelo que ocorria, já que baseava sua força justamente no apoio dos notáveis locais, tanto ou mais que a UDN. Esta era, ao contrário, mais moderna em suas estruturas, que incluíam a grande parte dos estratos profissionais, de alta classe média e empresariais da área desenvolvida do país. Devido à característica já assinalada do eleitorado brasileiro, e às reticências do PSD, o presidente não tinha maioria no Congresso, que previsivelmente opor-se-ia aos câmbios radicais em que pensava¹⁵.

O programa de Goulart incluiu uma reforma agrária com pouca ou nula compensação de todos os latifúndios próximos às vias de comunicação e, para impô-la, começou a formar “grupos de onze”, com militares armados. No Nordeste, especialmente no estado açucareiro de Pernambuco, desde há alguns anos estavam ativas as Ligas Agrárias idealizadas por Francisco Julião, político filiado ao pequeno Partido Socialista mas ligado a setores goulartianos, como o chefe local trabalhista, Miguel Arraes, da esquerda desse movimento. Como as reformas propostas não tinham muitas possibilidades de ser aprovadas pelo Congresso, foram objeto de uma agitação nas ruas que incluiu níveis inferiores das Forças Armadas, especialmente suboficiais, e ainda soldados e marinheiros. Goulart e seu entorno pensavam que desta maneira se imporiam nas próximas eleições para o Congresso, depois de esclarecer, amplamente, à opinião pública até dos lugares mais longínquos do país. Mas os mais exaltados pensavam em um autogolpe, com apoio de alguma minoria militar, acompanhado de mobilização de massas¹⁶.

¹⁵ Thomas Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. Nova York: Osford University Press, 1967.

¹⁶ Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966; Helio Jaguaribe, *Brasil: crisis y alternativas*, Buenos Aires, Amorroutu, 1976; Vamireh Chacon, *História das idéias socialistas no Brasil*, 2. ed., Fortaleza/Rio de Janeiro: UFC e Civilização Brasileira, 1981; Irving L. Horowitz, Josué de Castro e John Gerassi (comps.) *Latin american radicalism*. Nova York, Random House, 1969; Michael L. Connif, *Latin American populism in comparative perspective*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1982.

Toda essa agitação ocorria em um contexto político em que os governos dos três principais estados estavam em mãos da oposição: São Paulo, com Adhemar de Barros, e Minas Gerais e Guanabara (Rio de Janeiro) governados pela UDN. A Igreja Católica, que também se sentia ameaçada por reformas com forte participação comunista, mobilizou as donas de casa em intermináveis passeatas com panelas vazias e demais detalhes do gênero.

Finalmente, em março de 1964, se deu o golpe, dirigido pelo General Humberto Castelo Branco, com forte apoio do setor da metade para cima da pirâmide social, mas com muitos pruridos constitucionais. Somente se derrubou o presidente, e se afastou uma quarentena de membros do Congresso. Mais não era necessário, pois o Congresso tinha maioria antigoulartiana. Depois dessa “limpeza”, se passou pelo ritual para a eleição, pelo corpo legislativo, como presidente, de Castelo Branco. Em um primeiro momento não se tocou nos partidos políticos, salvo os de orientação marxista. Ainda que tenha havido perseguição e violência, foram menores que em outros fenômenos parecidos, como os que logo ocorreram na Argentina e no Chile.

Uma série de “Atos Institucionais” ficou consagrada na Constituição de 1967, redigida pelo governo e apresentada ao Congresso, ao qual se deu o prazo de um mês para decidir por sim ou não. A maioria governamental rapidamente optou por sua aceitação.

Para evitar os fenômenos populistas, desencadeados sempre pelas eleições presidenciais, se adotou a designação do presidente pelo Congresso, mas deixando logo em mãos do primeiro magistrado uma soma muito grande de atribuições, de maneira tal que não se tratava de um regime precisamente parlamentar. Por outra parte, se forçou a todos os representantes do povo a agrupar-se em partidos políticos na escala federal, para o qual era necessário ter 20 senadores e 120 deputados. Desta maneira, houve lugar somente para dois grandes nucleamentos, o que era congruente com a teoria política do novo regime, que considerava o bipartidismo garantia de futura democracia, à européia ou norte-americana.

Os situacionistas formaram a Aliança Renovadora Nacional (Arena) onde se congregaram quase todos os membros da UDN, mais uma maioria dos do PSD, ou seja, a direita varguista, e muitas estruturas regionais, começando pelo paulista PSP de Adhemar de Barros. Os opositores, principalmente o trabalhismo, formaram junto com alguns pessedistas o opositor, embora moderado, Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os trabalhistas mais radicalizados ficaram de fora, porque não aceitaram esta componente, convertendo-se no grupo extraparlamentar de Autênticos.

Os governadores também deviam ser eleitos de maneira indireta, pelas legislaturas estaduais. Em 1965, antes que se adotasse essa disposição, tinha havido eleições em vários estados com a vitória da oposição, que conseguiu impor seus candidatos. Com o novo sistema (aprovado por Ato Institucional antes da Constituição), em 1966, o oficialismo ganhou todas as renovações. Ao fim desse mesmo ano, também a Arena obteve uma vitória contra o MDB na seleção de deputados para o Congresso, ainda que tivesse uma significativa porcentagem de votos nulos (7%) e em branco (14%).

Apesar dessas distorções, durante o transcurso do regime militar, à exceção do ano de 1969, se manteve a vigência do Congresso e a eleição de seus membros por voto secreto, sem intimidações explícitas no momento de votar, em que o eleitorado tinha a alternativa da Arena ou do MDB. Pelo geral, o governo obtinha uma sólida maioria, em parte devido à astúcia da “cédula única”, que impedia a divisão dos votos e obrigava a optar por uma só cédula partidária onde figuravam tanto os candidatos municipais como os estaduais ou nacionais, ou seja, deputados ou senadores, pois o presidente e os governadores eram designados pelos corpos legislativos.

Pensava-se – com razão – que, desta maneira, o eleitor, com o desejo de levar ao palácio municipal um notável local com amigos no governo, poria toda a cédula no envelope, garantindo assim, também, a vitória dos candidatos nacionais do situacionismo. Esta estratégia, claro está, somente podia ter êxito com um certo tipo de eleitorado, ainda não muito mobilizado e que se deixava influir por estas considerações pois, estritamente falando, ninguém o impedia de eleger a cédula do MDB, onde também havia notáveis locais, ainda que obviamente pior colocados para conseguir favores do governo central. Para evitar todo o tipo de riscos, nas capitais estaduais – muita vez centros de oposição – e em algumas zonas fronteiriças, se decidiu que os prefeitos fossem designados pelo Executivo, e não em eleições diretas¹⁷.

Castelo Branco foi sucedido por Costa e Silva em 1967, mediante uma designação realizada pelo Congresso pleno, imposta pelo oficialismo. A luta entre uma corrente nacionalista, autoritária e algo reformista, e outra mais orientada à cooperação com os Estados Unidos, se mantinha como fator de instabilidade interna e possíveis câmbios políticos. A crescente dinâmica oposicionista durante o ano de 1968, acompanhada por grandes manifestações

¹⁷ Denis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*, 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989; Carlos Castello Branco, *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977-79 3 v.; Alfred Stepan, *The military in politics: changing patterns in Brazil*, Princeton: Princeton University Press, 1971 e sua compilação *Authoritarian Brazil*, New Haven. Yale University Press, 1973; Ronald Schneider, *The political system of Brazil: emergence of an authoritarian “modernizing” regime, 1964-70*, Nova York: Columbia University Press, 1971; Peter Flynn, *Brazil: a political analysis*. Boulder, Co., Westview Press, 1978.

estudantis e algumas greves, gerou uma reação de direita, que impôs uma espécie de golpe interno, canalizado pelo mesmo presidente. Este golpe tomou a forma do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que atribuiu ao Executivo o poder de dissolver ou postergar as reuniões do Congresso, de continuar a cassação de políticos eleitos ou não, de implementar a censura de imprensa e de intervir nos estados, por cima das disposições da própria Constituição sancionada pelo regime em 1967.

A enfermidade de Costa e Silva, vítima de um ataque cardíaco em fins de 1969, obrigou a antecipar a crise de sucessão, que beneficiou o candidato da linha dura, General Emílio Garrastazu Médici, proposto depois de consultas militares e aprovado pela disciplinada maioria do Congresso.

O período de Médici (1969-1974) foi o mais repressivo do regime brasileiro, acompanhado de torturas e censura, e de uma ativa guerrilha urbana, dirigida por um antigo líder comunista, Carlos Marighela, e um capitão de exército convertido às novas idéias, Carlos Lamarca. Depois de algumas ações ostensivas, que incluíram o seqüestro de vários embaixadores, o movimento foi destruído, com a morte de seus principais chefes em 1969 e 1970. As relações com a igreja começaram a se deteriorar seriamente, enquanto se estendia em níveis médios e ainda altos da hierarquia o movimento da Teologia da Libertação e outras correntes de crítica social radical.

Em 1974 o Congresso, sempre depois de consultas militares, elegeu a Ernesto Geisel (1974-1979), da ala mais liberal das Forças Armadas, que iniciou um processo de abertura, expressado no mesmo ano de 1974 de sua ascensão com a realização de eleições de deputados e senadores, em que houve bastante liberdade de imprensa e associação. O resultado foi uma importante afirmação do MDB, sobretudo nas grandes cidades, enquanto que a Arena seguia se impondo no interior rural. A porcentagem de votos nulos e brancos decresceu notavelmente, refletindo uma maior confiança por parte da população no caráter genuíno das eleições, apesar de que as “cassações” de deputados e outros políticos seguiam cada tanto caindo sobre os mais rebeldes.

A DEMOCRATIZAÇÃO DOS ANOS OITENTA E NOVENTA – A TRANSIÇÃO BRASILEIRA

O regime militar do Brasil, recoberto com uma forte capa legalista, começou a sentir pressões para mudança nos fins dos anos setenta, quando já se havia experimentado um notável progresso econômico. O desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades criavam capas sociais que demandavam

uma maior ingerência nas decisões, tanto em níveis populares como empresariais. A eventualidade de que se não instrumentavam alguns câmbios poderiam dar-se explosões de violência não deve haver estado ausente dos cálculos das esferas dirigentes. Como sinal da busca de novas orientações é significativa a atitude do General Afonso Albuquerque Lima, o membro mais destacado do setor nacionalista, que nunca deixou de estar presente nas Forças Armadas brasileiras.

Ao finalizar os anos sessenta, Albuquerque Lima projetou o Plano Rondon, inspirado no militar que havia explorado as zonas selvagens do oeste amazônico estabelecendo a presença nacional naquelas regiões. O plano consistia em oferecer aos estudantes universitários e outros jovens com formação técnica a possibilidade de substituir seu serviço militar por um período igual de trabalho social nas zonas mais inóspitas do país. O objetivo – uma aposta arriscada – consistia em que, dadas as condições, se produziria um clima de camaradagem, resultado de um comum descobrimento do “país real”, o que afastaria os jovens de suas utopias revolucionárias e permitiria aos militares compreender a mentalidade da juventude educada. O projeto foi aplicado, ainda que em escala por certo menor que a sonhada pelo seu criador, e não chegou a gerar atitudes inovadoras em nenhum dos setores envolvidos, talvez pelo reduzido de sua envergadura, ou pelo difícil que era produzir mudanças da magnitude das pretendidas.

Em níveis mais altos do poder, o estrategista geopolítico Golbery do Couto e Silva planejava uma evolução para formas mais consensuais, tratando de não renunciar ao controle do poder nesse processo. De fato, a abertura, que foi bastante mais difícil de controlar do que o que se pensou, se viu dificultada pela queda da conjuntura econômica internacional, devido ao incremento do preço do petróleo em 1973. O Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) deu os primeiros passos para a liberação, depois dos duros anos de Garrastazu Médici (1969-1974). O abrandamento do sistema repressivo, que contemplou praticamente a eliminação da censura prévia, reavivou o interesse político da população. As maiorias que facilmente conseguia a situacionista Arena começaram a debilitar-se, e se previa uma pronta reversão dos algarismos, em boa parte devida ao retorno da direita varguista a uma posição de aliança com os antigos trabalhistas, agora refugiados no MDB.

Na Grande São Paulo os velhos líderes sindicais (“pelegos”) encontravam dificuldades para impor-se ante uma força de trabalho que, de maneira pragmática, exigia representantes sérios para dialogar com os patrões. Foi assim que emergiu um grupo jovem de dirigentes de mentalidade pragmática

cuja ascensão, graças a este elemento e ao fato de sua juventude “sem antecedentes”, não foi obstaculizada pela polícia. Entre eles se destacava Luiz Inácio *Lula* da Silva, para quem nas primeiras etapas de sua carreira o ideal de sindicalismo estava representado pelas *tradeunions* norte-americanas.

De imediato, se nuclearam ao seu redor os mais diversos setores da esquerda independente (salvo o Partido Comunista, que competia com ele) e da nova esquerda católica, inspirada na Teologia da Libertação, muito forte no país. No MDB, que continuava se engrossando com os restos dispersos do PSD, a heterogeneidade era crescente. Dentro de suas fileiras se abrigavam muitos militantes comunistas, inabilitados para formar partido próprio. O Presidente Geisel determinou, então, que mil flores deviam florescer, se era possível sobretudo no corpo do MDB. Foi abolida a cláusula que somente fazia possível a existência de dois partidos, e o resultado atendeu às expectativas.

Contando com a argamassa que representava a bolsa do Estado, o oficialismo manteve praticamente incólume sua unidade, transformando-se no Partido Democrático Social. Sua sigla, PDS, além de não significar nada, buscava propositadamente uma confusão com a do fenecido PSD, ou seja, com a direita varguista, para voltar a canalizar para si, na medida do possível, esse eleitorado.

Suas raízes principais, no entanto, estavam na velha União Democrática Nacional (UDN). Durante todo o regime militar, a Arena havia tido duas correntes principais, conhecidas geralmente como “Arena um” e “Arena dois”, compostas por militantes dos antigos UDN e PSD. Agora, ainda perdendo um pouco do elemento PSD, se mantinha a união sob a sigla PDS.

A explosão, ao contrário, foi a que sacudiu o MDB. Ainda que seu tronco principal se tenha mantido, trocou de nome para adotar o de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mas os setores mais “autênticos” do trabalhismo, inspirados pelo cunhado e herdeiro político de Goulart, Leonel Brizola, já ativo nos anos sessenta, formaram tenda própria. Não lhes foi possível retomar a sigla PTB, pois a sobrinha neta de Vargas chegou antes ao registro eleitoral e a fez sua, para logo transformá-la em um mero selo a ser alugado. Brizola teve que adotar o novo nome de Partido Democrático Trabalhista (PDT), que se converteu no principal veículo dos sentimentos varguistas mais radicais, incorporando ademais setores de origem esquerdista que consideravam conveniente utilizar canais populistas.

Mais à esquerda ainda se achava Lula, e o complexo universo dos grupos marxistas extremos que o rodeavam em uma instável aliança, e que formaram

com ele o Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda ilegal, o Partido Comunista decidiu, em troca, permanecer no ventre do PMDB. À direita, o antigo MDB sofreu outra cisão, desta vez temporária. Vários de seus líderes históricos mais moderados, de raízes pessedistas, se uniram a alguns militantes dispersos do oficialismo para formar o Partido Popular (PP) que, como corresponde a seu nome, era o menos popular de todos e afetuamente apodado de “o partido dos banqueiros”. De todos os modos, esta criatura informe não durou muito, pois logo seus integrantes retornaram a seus velhos troncos, que, assim, formaram este mosaico (deixando de lado os irrelevantes), de direita e esquerda¹⁸:

1. PDS, transmutação de Arena, formada, por sua vez pela UDN e boa parte do PSD kubitschekiano, ou seja, a direita varguista;
2. PMDB, ex MDB, por sua vez alimentado pelo velho PTB (esquerda varguista) e alguns setores do PSD;
3. PDT, cisão do MDB que se somava aos grupos mais militantes do antigo PTB;
4. PT, com gente nova, incluindo alguns restos do MDB.

O sistema continuou a se liberalizar, se bem que com uma série de barganhas entre governo e oposição que, inexoravelmente, foram dando mais peso a esta última, em que pese às astúcias e os intentos oficiais por dividir as forças adversárias. Chegou um momento, em 1982, devido à realização de eleições diretas para governadores, em que os principais estados estiveram em mãos do PMDB que, apesar de seus rivais à esquerda – PDT e PT, no momento débeis – se perfilava como o principal partido nacional. Houve uma demanda popular para que se estabelecesse a eleição direta do presidente, substituindo o Colégio Eleitoral, que estava formado pelo Congresso pleno mais seis representantes extras por cada estado (o que fortalecia aos distritos facilmente controlados pelo oficialismo conservador). Esta campanha de “diretas já” não logrou seu objetivo, mas mobilizou massivamente a opinião, realizando imponentes concentrações que se beneficiavam das renascentes liberdades.

Então havia que se lutar no Colégio para a renovação de 1985, o que foi rechaçado pelos setores mais radicalizados, ou seja certas facções dentro do

¹⁸ Bolívar Lamounier e Fernando H. Cardoso (comps.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; Olavo Brasil de Lima, *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/luperj, 1991; Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo e Campinas: Ensaio/Unicamp, 1988; Jacob Gorender, *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987; Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Praquê PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989; Leôncio Martins Rodrigues, *A composição social das lideranças do PT*, manuscrito. São Paulo, 1989 e *Cut: os militantes e a ideologia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PMDB, o PDT brizolista e o PT de Lula. Se queria ganhar nesse difícil terreno, o PMDB tinha que apresentar um candidato muito moderado, Tancredo Neves, para captar os votos de muitos representantes de duvidosa lealdade partidária, que oscilariam entre o oficialismo e a oposição independentemente dos carimbos sob os quais haviam sido eleitos. A manobra da oposição se viu coroada de êxito somente porque o oficialismo se dividiu.

Quando o setor governamental mais duro propôs a candidatura de Paulo Maluf, um grupo dirigido pelo próprio vice-presidente da República, Aureliano Chaves, se separou do oficialismo para formar o Partido da Frente Liberal (PFL), que negociou com o PMDB uma fórmula conjunta, e obteve o segundo cargo para um de seus principais dirigentes, José Sarney. Com o triunfo, no Colégio Eleitoral, desta fórmula, concluiu em 1985 a longa transição brasileira.

Em realidade, era só o início de outro largo caminho, pois a morte de Neves levou à primeira magistratura quem, por haver sido um alto personagem do último governo militar, era muito pouco respeitado ainda que sua investidura fosse inteiramente legal. Sarney governou com o PMDB e o PFL, mas careceu de apoio na opinião pública, de maneira que aos numerosos e ingovernáveis problemas econômicos se somou a da legitimidade, o que dificultou enormemente sua gestão.

Para esse momento a liberdade para a formação de partidos políticos era total, pelo que a cariocinese se operou nem nenhum controle. A principal vítima foi o PMDB, que estalou em mil pedaços e chegou à renovação, em 1989 (agora, sim, por eleições diretas) com um caudal eleitoral reduzidíssimo. Um grupo de prestigiados técnicos e profissionais emigrou para o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), com idéias social-democratas ainda que com escassas estruturas do tipo das que sustentam essa classe de partidos em outras partes do mundo. De todo modo, pelo fato de ser o herdeiro de uns quantos políticos com experiência, conseguiu uns 10% dos sufrágios no primeiro turno presidencial. Por motivos mais personalistas, o PMDB perdeu vários dirigentes fortes em determinados estados, os que formaram partidos com siglas de fantasia que somente aportavam estruturas clientelistas. Os votos da esquerda, representada pelo PDT e o PT, ascenderam a uns 15%, aproximadamente, para cada um desses partidos.

O fenômeno inesperado, lançado em boa medida pela cadeia de televisão *Rede Globo*, foi o de Fernando Collor de Mello, pertencente a uma família de empresários nordestinos muito forte, que criou uma sigla partidária (Partido de Renovação Nacional, PRN) e alcançou 35% dos votos. No segundo turno, confrontou-se com Lula, a quem venceu por escassa margem, absorvendo os

muitos fragmentos partidários locais, ainda com o problema de que, no Congresso, praticamente, carecia de apoio.

A renovação legislativa, que se pratica no Brasil uns meses depois da eleição do Executivo, lhe deu muito pouco respaldo, pois o fenômeno de fascinação gerado por uma “cara nova”, que prometera mudanças profundas, não se estendeu aos que o haviam endossado localmente. Em alguma medida, se reproduzia o fenômeno já apontado acerca da tendência do eleitorado brasileiro de dar uma resposta em nível nacional distinta da que outorga na escala local.

Como o de seu antecessor, o governo de Collor não logrou frear a inflação, em boa medida devido à fragilidade de seu apoio político. O sistema de partidos, excessivamente fragmentado, resiste a conformar firmes maiorias que permitem governar. Por outro lado, os programas econômicos de Collor, de corte neoliberal, enfrentaram a oposição dos partidos populares (PDT e PT), que desempenharam um papel de oposição sistemática, semelhante ao que na Argentina exerceu o peronismo durante a presidência de Alfonsín.

Finalmente, em setembro de 1992, logo depois de uma acumulação de denúncias por corrupção, o presidente foi acusado, ante o Senado, pela Câmara de Deputados, que o afastou do cargo. Itamar Franco, o vice-presidente, o substituiu e formou uma maioria no Congresso, incorporando alguns elementos dos partidos opositores historicamente mais duros. Pode esperar-se que a tradicional habilidade política e conciliadora dos dirigentes brasileiros se imponha e saiba encontrar uma saída ao que de outro modo poderia ser uma série crise de governabilidade. Há setores cada vez mais fortes no PDT e no PT que se preparam para desempenhar um papel moderado, em parte devido às responsabilidades que tem que exercer em sindicatos e municípios, e em alguns estados, e em parte como resultado de observar o que ocorre no outro lado do Prata¹⁹.

¹⁹ Alfred Stepan (comp.) *Democratizing Brazil: problems of transition and consolidation*. Nova York: Oxford University Press, 1989.